

Estado, pobreza e a política dos números

WESLEY DA SILVA MEDEIROS*

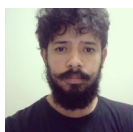
Resumo: Trata-se de uma reflexão conceitual a partir do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em seu confinamento técnico estatístico. Observando a natureza do(s) índice(s), este artigo propõe o conceito de uma política dos números; isto é, uma estratégia mobilizada por governos para distorcer a realidade urbana, social, econômica e espacial através do conceito de “gestão territorial da pobreza”. Por isso, propõe-se pelo conceito filosófico do pensamento do que seja a política dos números, seus efeitos perversos a vida pública e a emergência de se negar o índice ao planejamento e formulação de planos, políticas e programas de combate à pobreza. A questão, portanto, advém da necessidade de que a construção do conhecimento nos impõe: abandonar os mantras de combate à pobreza que se formularam no Brasil desde a urbanização, sendo indispensável a reflexão do “território” como mediação ao planejamento de Estado. Isto é, há de se abandonar o mantra do território em sua condição físico-territorial, a condição espaço-temporal onde o invisível – o cotidiano da pobreza – torna-se incontornável a configuração de uma ação pública de combate à pobreza. Por fim, o percurso de análise do IVS a partir do Território Vale do Guaribas no Piauí permitiu tecer conceitos fundamentais sobre o índice, seu confinamento estatístico e a política dos números a uma gestão territorial da pobreza.

Palavras-chave: Política dos números; Planejamento territorial; Territórios de pobreza; Índice de Vulnerabilidade Social.

State, poverty and the politics of numbers

Abstract: It is a conceptual reflection from the Social Vulnerability Index (IVS) in its statistical technical confinement. Observing the nature of the indices (s), this article proposes the concept of a policy of numbers; that is, a strategy used by governments to distort urban, social, economic and spatial reality through the concept of “territorial poverty management”. Therefore, it proposes itself through the philosophical concept of thinking about what is the politics of numbers, their perverse effects on public life and the emergence of denying the index to the planning and formulation of plans, policies and programs to combat poverty. The question, therefore, arises from the need that the construction of knowledge imposes on us: abandon the mantras of combat to the poverty that have been formulated in Brazil since urbanization, and the reflection of “territory” as a mediation of State planning is indispensable, that is, the territorial mantra must be abandoned in its physical-territorial condition, the space-time condition where the invisible - the daily life of poverty - the configuration of a public action to combat poverty is essential: finally, the route of analysis of the IVS from the Vale do Guarib Territory those in Piauí made it possible to weave fundamental concepts about the index, its statistical confinement and the politics of numbers to a territorial management of poverty.

Key words: Number Policy; Territorial Planning; Poverty Territories; Social Vulnerability Index.



* **WESLEY DA SILVA MEDEIROS** é doutorando em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Introdução

Refletir o tempo presente significa pensar dualismos de uma sociedade em mutação no interior dos processos de mundialização. Por esta abordagem, há de se considerar traços advindos dos governos Lula e Dilma (2003-2016) e seus mantras políticos sobre mudanças na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito à melhoria das condições básicas de vida. A gramática desse período não está clara quanto às tessituras em tramas desenhadas pelos discursos de combate à fome e à pobreza desde os anos 2000. A importância de entendermos a centralidade de ações políticas das últimas décadas permite pensarmos na política como a arte do possível, ou melhor, aquilo que está ao nosso poder em fazer ou não fazer acontecer. Em que o território é o “necessário” à vida que se constituiu na extrema pobreza, portanto é o que é, não pode deixar de ser e nem poderia ser de outra forma, pois o território é herdado pelos tempos pretéritos. Logo, o conjunto de índice dissocia-se do necessário e do contingente, ou seja, aquilo que não está em nosso poder e, portanto, pode ou não acontecer. Assim, podemos começar indagando que o combate à pobreza teve entendimentos de territórios com pobreza por uma abordagem política do contingente em que a política ação pública pode ou não ter seus desdobramentos efeitos. Mais o contingente não é a política do possível, ou seja, o que está em nosso poder é a política do possível: ou ainda, o que pode ser feito, como pode ser feito, quais resultados entre um e outros e, portanto, qual realidade se desenha em uma perspectiva de futuro. Em que o território é uma mediação entre o corpo e o espírito daqueles que o habitam em meio à sobrevivência, à escassez e à luta diária contra a morte. Por isso, é o território com pobreza é necessário como situação posta e, sendo assim, é incontornável sua condição socioespacial entre passado, presente e futuro a uma perspectiva do

possível e do contingente. Argumenta-se que é justamente o mantra das mudanças das condições de vida que tem despertado o interesse pelas permanências como discurso e realidade; aqui, a política dos números serve a determinado percurso crítico e metodológico. Este Brasil com alterações na pobreza é um local onde se desenha um campo de múltiplas entradas e poucas saídas de emergências para uma teoria política e social válida sobre o período Lula e Dilma. Isso porque essas mudanças reveladas em cartogramas e infográficos foi majoritariamente definida pelos chamados “índices”, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini, o Índice de Theil, a Linha da indigência, e entre associados aos microdados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que revelam desigualdades diversas pela definição de classes sociais A, B, C, D e E. Além desses índices, dois outros nos parecem importantes, pois definem rankings internacionais ligados à pobreza: a) a definição usada pelo Banco Mundial e; b) o mapa da fome, pela FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. No âmbito de tais contextos e conceitos, parece evidente a dificuldade crítica relacionada a índices que fundamentam ações de combate à pobreza, sendo que, a extrema pobreza ou como os índices queiram definir permanece ano após ano como realidade e contexto do tempo presente. Coloca-se em questão estes índices como pontos de partida no planejamento e formulação de planos, políticas e programas, considerando que um índice possui uma forma discursiva na construção de argumentos, imaginário e discursos. E esta dificuldade se encontra em um tipo de certa dos planejadores de políticas, planos e programas de que os índices são meramente metodológicos, e portanto, conseguem suprimir a ausência de conhecimento da pobreza à medida que seja capaz de localizar, classificar e propor variáveis de análise da realidade. Mesmo

que deslocado dos conteúdos sociais e políticos no interior dos territórios. Por meio de um índice, pode-se prescrever intervenções sociopolíticas para o bem ou para o mal. Tratando da pobreza, as alterações reconhecidas por evidências conformam discursos suficientes para o fortalecimento de governos, podendo, ao mesmo tempo, afetar negativamente o combate à pobreza e negando o lugar da proteção e seguridade social do Estado. Por isso, a lacuna reside nesta questão: como retirar o índice do seu confinamento estatístico no que diz respeito à pobreza, às dimensões, aos indicadores, às variáveis e às amostras para que as análises tenham substância conceitual relacionada aos conteúdos sociais e políticos da vida social dos pobres que habitam um dado espaço geográfico. Onde está a compreensão além de dados, tabelas, gráficos e cartogramas, repetindo a ideia de que houve mudanças da pobreza a partir de uma perspectiva numérica? No âmbito destas questões este artigo propõe um conjunto de reflexões urbanas e regionais a partir do objeto de empírico – o território Vale do Guaribas no **Piauí**. O que possibilitou construir um quadro de abordagens conceituais relacionadas aos desdobramentos de do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (2000 e 2010). A uma abordagem deste índice de dos demais como “política dos números” ao controle e gestão do combate à pobreza, ou melhor, dos pobres em seus territórios. Por isso, este artigo resulta de uma análise e questionamentos sobre o *modus operandi* dos durante governos no que diz respeito à construção de discursos, imaginários, verdades, inverdades, evoluções e involuções do que foi a pobreza, tanto em estado de alteração – da extrema a outra pobreza, quanto em seu estado atual – uma nova pobreza. Por um lado, destaca-se a relevância do IVS na condição de um índice próprio da realidade brasileira e, por outro, aponta-se desdobramentos possíveis à fragilidade

deste índice quando usado de maneira equivocada.

O território do Vale do Guaribas

As reflexões deste artigo são desdobramentos de uma análise do IVS do território vale do guariba situado no sertão piauiense, na região noroeste do estado. O território possui 39 municípios e foi delimitado a primeira vez pelo Programa Territórios Rurais pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2004. Esta delimitação estava nas estratégias de desenvolvimento rural de combate à fome e a pobreza pela Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (em vigor desde 2004).

Delimitado também em 2008, no segundo mandato do governo Lula (2003 - 2011), este território apresentava baixos índices de desenvolvimento humano e altas taxas de pobreza conforme “A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)” IBGE (2010). O Programa Territórios Rurais não teve os efeitos esperados no combate à pobreza, pois suas ações são longo prazo. Sendo assim, criou-se o Programa Territórios da Cidadania (PTC) e mais uma vez, delimitou o Vale do Guaribas como um território com a extrema pobreza. Neste sentido, os 30 municípios possuíam duas ações públicas combatendo a pobreza: os territórios rurais em uma perspectiva a longo prazo pela formação de mercados locais e um discurso de desenvolvimento local e territorial; os territórios da cidadania numa perspectiva de curto e médio prazo fundado naquilo que o território é em sua essência conceitual e política. Isto é, ações do programa deram ênfase a vida social no interior do território em oposição a perspectivas estatísticas e, por isso, a questão central foram os direitos e a cidadania organizando matrizes, eixos, estratégias, ações e financiamentos. Isto porque, a questão era terminar o governo Lula (2007-2010) com a erradicação da extrema pobreza e da fome entre regiões

brasileiras. E, neste sentido o PTC teve mais impacto ao que parece, pois suas ações e investimentos foram direcionados ao desenvolvimento social pelo território. Pela ampliação dos direitos sociais, formação e empoderamento de agentes territoriais e do acesso a renda, insumos e técnicas de produção no campo, terra e moradia rural.

Há seis Territórios da Cidadania no Piauí e, o Vale do Guaribas era o terceiro com maior população em extrema pobreza segundo censo de 2000. A sua escolha como objeto empírico justifica-se por ser o território de pobreza mais isolado e, por isso, rodeado de obstáculos às intervenções sociopolíticas nos anos 2000 e 2010.

	Territórios	População em extrema pobreza				Região
		Total	%	Urbana	Rural	
1	Entre Rios	139.128,0	27	73.852,00	66.288,0	NORTE
2	Cocais	109.390,0	22	36.547,00	72.843,0	NORTE
3	Vale Do Guaribas	83.717,00	17	17.973,00	65.744,0	NORTE/SU
4	Carnaubais	45.213,00	9	13.384,00	31.829,0	NORTE
5	Serra Da Capivara	43.248,00	9	9.121,00	34.127,0	SUL
6	Tabuleiros Do Alto	20.044,0	4	9.976,00	10.068,0	SUL

Quadro 1: Territórios da Cidadania no Piauí

Fonte: Elaborado própria com base no Sistema de Informações Territoriais – SIT, 2018. Dados populacionais do Censo Demográfico de 2000.

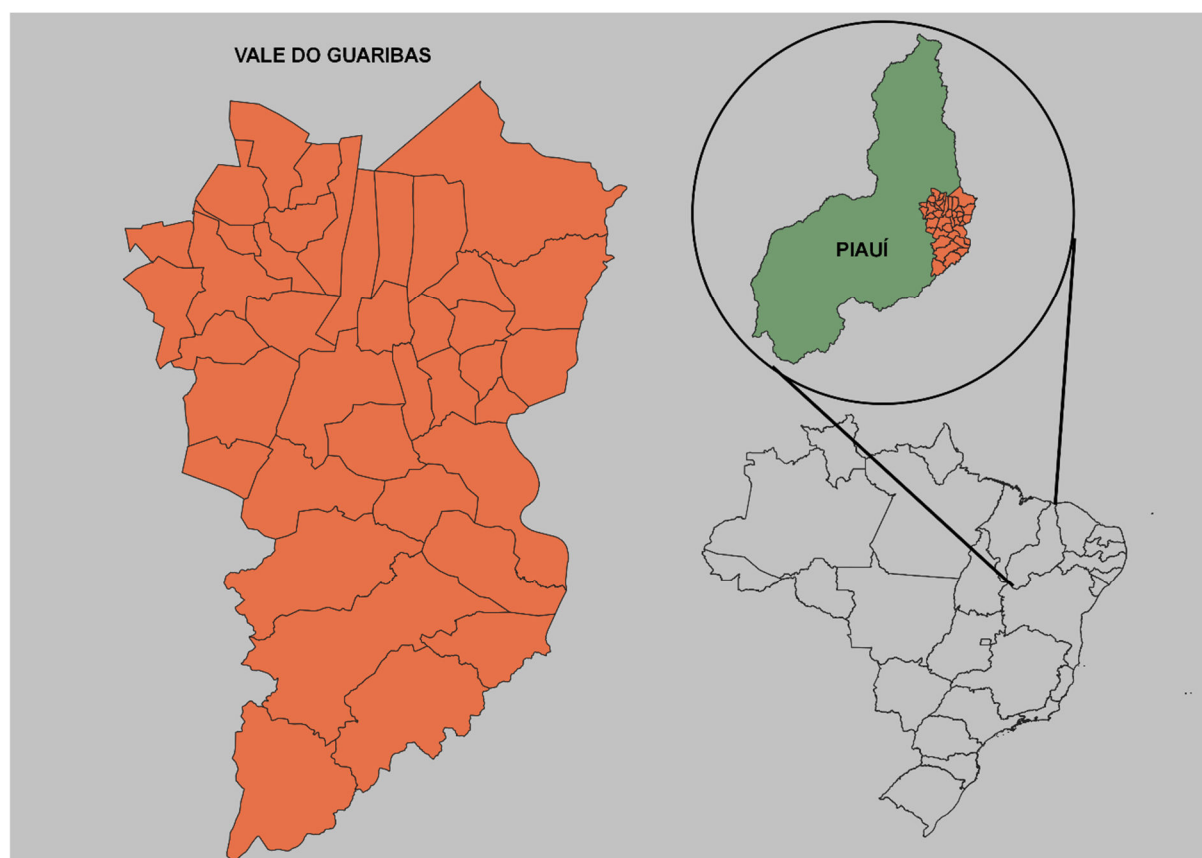


Figura 2: Localização do Vale do Guaribas no Piauí

Fonte: Elaborado pelo autor, agosto de 2020. Base cartográfica: IBGE, 2018. Base territorial do Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015.

Dois cartogramas e uma abordagem filosófica do índice

Um índice é capaz de representar qual realidade, afinal? Considerando o pensamento filosófico de Matos (2009), propomos entender o índice por sua natureza objetiva, portanto, a convicção do que seja a realidade em seu estado puro, ou ainda, por seu valor “absoluto”. Por isso, o índice se encontra no campo da lógica quanto às interpretações do que seja a realidade pelas variáveis e desagregadores matemáticos, ou seja, estando desapegado de qualquer resquício humanista subjetivo. Este resquício seria um obstáculo para a razão pura dos números por sua natureza estatística onde a realidade é representada por variáveis, ou melhor, o pensamento por média. Significa, portanto, um desvio do conhecimento pelos índices, ou melhor, o subjetivismo filosófico no interior da vida social.

Por isso, há uma propensão para a ideia da razão como faculdade que alcança a verdade (racionalismo filosófico), ou ainda, o conhecimento imutável em que os conteúdos sociais e políticos pelo território vivido e praticado não compõe aos planejadores um quadro pelo qual pode-se e deve-se pensar o combate à pobreza. Isto é, o Estado negando o Outro em seu espaço de vida, ou ainda, seus modos de vida constituídos no interior da sobrevivência em territórios herdados pelos tempos pretéritos. E isso, como tal, só seria possível pela ciência, com seus métodos de pesquisa desvinculados dos valores da natureza humana. Neste campo, importam as certezas e a separação do índice – a compreensão de todo índice estatístico - com seu valor absoluto deslocado de narrativas subjetivas realidade. Isto é, para explicar a realidade, o índice conceitualmente é a força da razão e, para tanto, nega-se o oposto – a emoção onde a perspectiva indutiva e dedutiva se encontram a uma abordagem da realidade. Por isso, um índice pode ser lido pelo

pensamento racional lógico (fechado em se mesmo) e, somente por este percurso, conseguirá – sua perspectiva - explicar à realidade onde a existência das pessoas se encontra. E assim, orientar processos definidores da natureza humana dependente do índice – trata-se de um conhecimento (supostamente) absoluto e imutável do seja a realidade da pobreza por variáveis matemáticas. Trata-se da natureza, em como se tratam os dados de um grupo social em uma dada escala do espaço geográfico. Sendo assim, não se trata da natureza humana em sua condição existencial, em que a pobreza tensiona o sentido da vida e da morte em cotidianos de sobrevivências. Os números não conseguem apreender esta dimensão social e política da sobrevivência em espaços de escassez. Portanto, qualquer forma de combate à pobreza é paliativa. Uma vez que um índice está no campo do objetivismo científico e distante do subjetivismo filosófico, será necessário compreender o papel da análise de valores usados, ora em comparações, ora na construção de discursos representativos da política dos governos e do Estado. Dessa forma, o índice aparece como organizador do planejamento de instituições públicas com seus planos, políticas e programas, e, ao mesmo tempo, define políticas de Estado a longo prazo de forma a garantir direitos e evitar a barbárie.

Ao olharmos o mesmo índice em 2010, parece clara a necessidade de uma abordagem cuidadosa por trás das alterações da pobreza. Tal abordagem deve primeiro considerar o sentido de alteração, ou seja: não se trata de uma cartografia simples de ser analisada, uma vez que contextualiza o pensamento humano aplicado por intencionalidades institucionais e ideológicas em certas situações. Esta é uma das formas de se entender o IVS 2000 e 2010 em face de um projeto político de sociedade onde no intervalo de tempo entre um e outro significou a quebra de legados e a

construção de experiências dos interventores. Por isso, é possível um cartograma mais distante do valo absoluto 1,0. Os índices são formulados nesse sentido, mas é incontestável a dificuldade que disciplinas científicas das Ciências Sociais e Humanas tenham para pensar a realidade de pesquisa e da própria ciência por dados absolutos visto que a condição social não é um dado estatístico. Isso ficou evidente quando a Fundação Joaquim Nabuco (FJN) criou uma chamada de trabalhos que pudessem refletir condições socioeconômicas de territórios com pobreza no Estado de Pernambuco (FJN, 2018). Os resultados do concurso publicados no periódico científico – Revista Ciência & Trópicos - reforçam a dificuldade de pesquisadores em tratar os dados metodologicamente. De alguma forma, os trabalhos publicados parecem refletir os números pelos números sem compreender a condição social da sociedade e socioespacial de territórios em que os índices não podem apreender de fato a realidade. Isto não significa negar a relevância e consistência do índice, pois para Moura et al. (2019) a importância do índice se encontra na composição de indicadores, mesmo que seja desconhecido e, portanto, deslocado de seu objetivo: permitir e fortalecer a elaboração e avaliação de políticas públicas, reiterando nosso argumento de que um “índice” se encontra no campo do possível, isto é, do que está ao nosso alcance em fazer e refazer no território tal como ele é. Sendo assim, no campo do contingente o índice se encontra no campo do possível, ou seja, pode ou não acontecer de acordo com a decisão no interior do planejamento de Estado. Neste caso, trata-se de uma abordagem do possível em que a formação de planos, políticas e programas de combate à pobreza se formulam não apenas pelos índices, mas pelos conteúdos associados ao cotidiano dos que vivem e praticam o território. Do contrário, é evidente pelos relatórios estatais e atlas de governos a

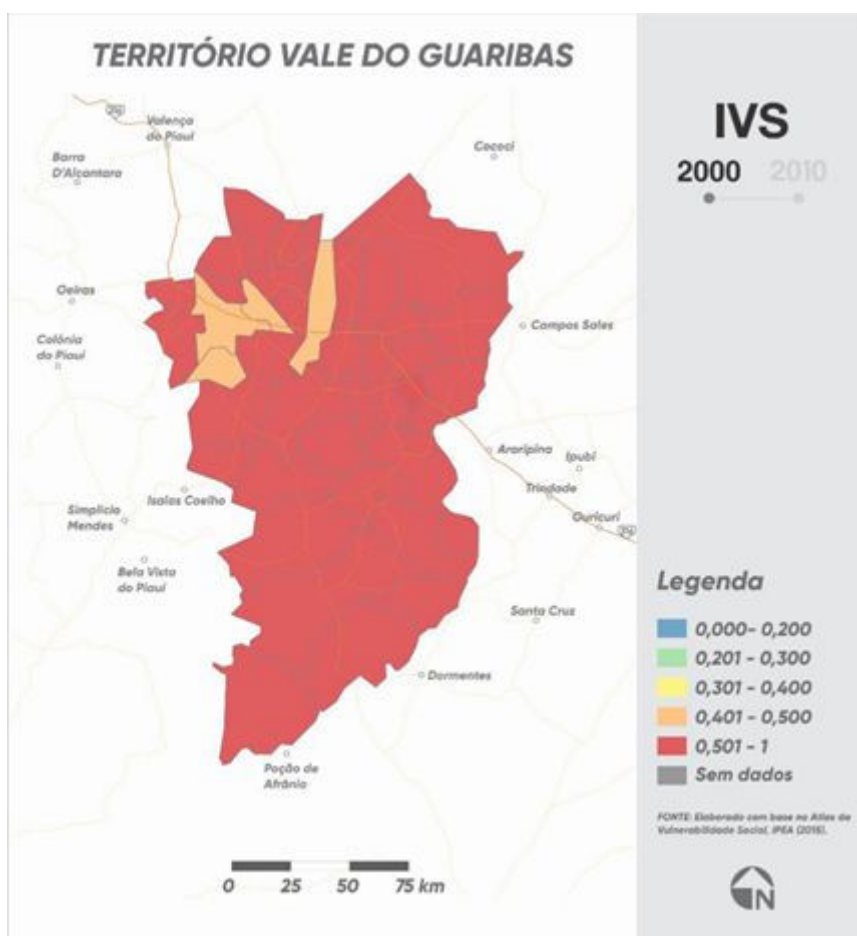
autoavaliação exaltando melhorias nos dados matemáticos em que governos produzem discursos e imaginários de suas gestões. Sem considerar as distorções dos índices e os associando à ideia melhoria das condições de vida orientada pela política dos números. Que em se representa a manipulação da realidade da pobreza como estratégia política favorecendo o jogo de interesses de governos, instituições, agentes hegemônicos e o próprio Estado.

Neste caso, trata-se de uma abordagem do possível em que a formação de planos, políticas e programas de combate à pobreza se formulam não apenas pelos índices, mas pelos conteúdos associados ao cotidiano dos que vivem e praticam o território. Do contrário, é evidente pelos relatórios estatais e atlas de governos a autoavaliação exaltando melhorias nos dados matemáticos em que governos produzem discursos e imaginários de suas gestões. Sem considerar as distorções dos índices e os associando à ideia melhoria das condições de vida orientada pela política dos números. Que em se representa a manipulação da realidade da pobreza como estratégia política favorecendo o jogo de interesses de governos, instituições, agentes hegemônicos e o próprio Estado. Se observarmos mesmo índice em 2010 (figura 2), parece clara a necessidade de uma abordagem cuidadosa por trás das alterações da pobreza em relação a 2000 (figura 1). Tal abordagem deve primeiro considerar o sentido de alteração, ou seja: não se trata de uma cartografia simples de ser analisada, uma vez que contextualiza o pensamento humano aplicado por intencionalidades institucionais e ideológicas em certas situações. Esta é uma das formas de se entender o IVS 2000 e 2010 (figura 1 e 2) em face de um projeto político de sociedade em que o intervalo de tempo entre um e outro significou a quebra de legados e a construção de experiências dos interventores (o aparato institucional do

Estado). Por isso, é possível um cartograma mais distante do valo absoluto 1,0.

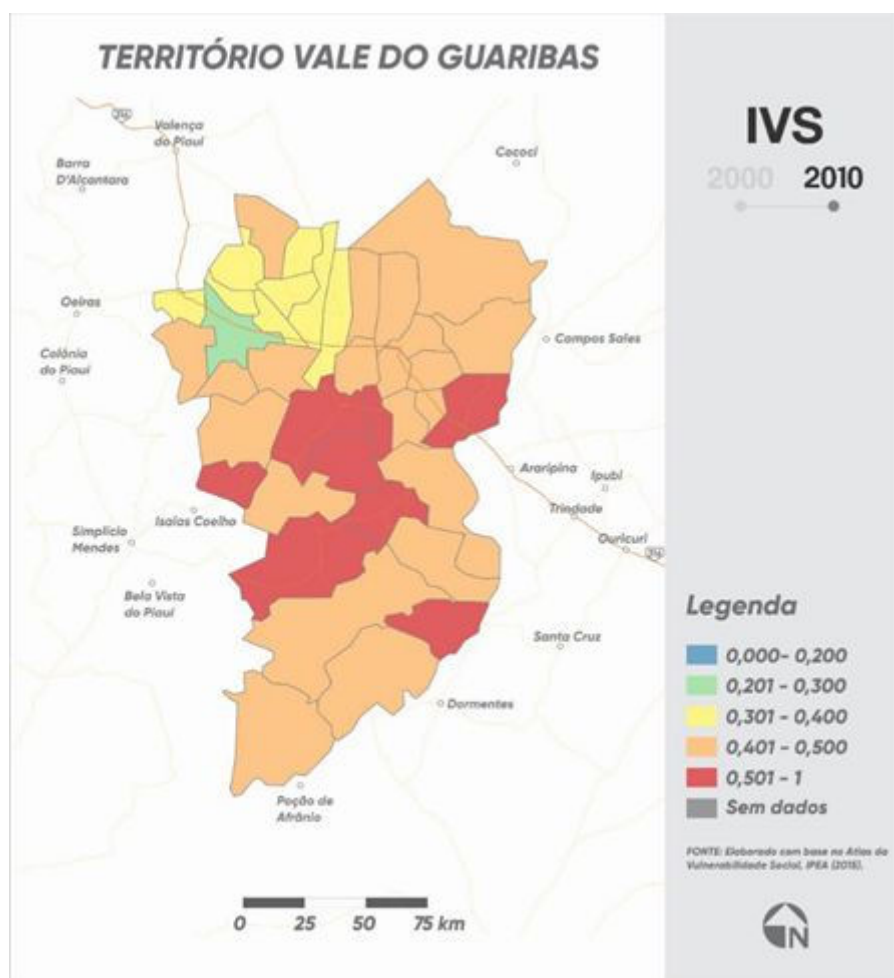
Em 2000, apenas 10% dos municípios do objeto empírico se encontravam em uma faixa alta de vulnerabilidade social, em relação aos 90% pertencentes a uma faixa muito alta de vulnerabilidade, sendo que, entre um e outro, as porcentagens das variáveis podem ser mínimas e, assim, os 39 municípios estão numa faixa alta de vulnerabilidade. É incontornável esta condição do território Vale do Guaribas no que diz respeito aos tempos pretéritos. Isto porque na década de 90, não havia prioridade para infraestruturas urbanas e regionais, incorporando os meios técnicos necessários para o desenvolvimento tecnológico além de, é claro, uma extensa rede de ações e intervenções sociopolíticas pelos programas governamentais. Já em

2010, observa-se alterações em vários municípios, reforçando efeitos importantes que podemos associar às intervenções sociopolíticas, isto é, ações previstas e executadas conforme planos, políticas e programas de combate à pobreza para além dos programas territórios rurais e da cidadania. Mesmo que as mudanças não representem uma visão mais radical ao aproximar a vulnerabilidade do valor absoluto “0” (muito baixa a taxa de vulnerabilidade). Tal realidade reforça o argumento de que a pobreza persiste através de outros indicadores⁹. Por isso, usamos apenas o objeto Vale do Guaribas para desenvolver uma abordagem conceitual do índice a retirá-lo do confinamento técnico delineado por uma abordagem matemática dos números por dimensões, indicadores, variáveis, cálculos, amostras etc.



Mapa 1: Índice de Vulnerabilidade Social do Vale do Guaribas – 2000

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sistema de Informações Territoriais – SIT, 2008.



Mapa 2: Índice de Vulnerabilidade Social do Vale do Guaribas – 2010

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sistema de Informações Territoriais – SIT, 2008.

Para tanto, observamos que em 2010, os municípios do Vale do Guaribas ficaram mais distantes do valor absoluto 1,0. Apenas o município de Picos (1%) passou para a faixa baixa; 21% (8 municípios) para a faixa média; 54% (21 municípios) passaram para a faixa alta e 23% (9 municípios) prevaleceram em uma faixa muito alta. O que tais resultados significam? Os cartogramas e infográficos conseguem explicar por que os 21 municípios saíram da faixa muito alta 23% (9 municípios) prevaleceram em uma faixa muito alta. O que tais resultados significam? Os cartogramas e infográficos conseguem explicar por que os 21 municípios saíram da faixa muito alta para alta? E, estando na alta, quais sentidos

possui esta classe? Teoricamente qual a representação no campo teórico, crítico e metodológico destes intervalos?

O conceito de uma política dos números

Nos limites deste texto, uma síntese dos indicadores pela comparação 2000 - 2010 do Vale do Guaribas possibilita tecermos interpretações acerca do IVS. Este índice revela duas realidades: uma alta vulnerabilidade social e; níveis mais ou menos propensos a erradicação da vulnerabilidade. Desse plano de fundo interessa observar o índice em sua condição metodológica e estatística em possibilidades são permitidas à análise pelas dimensões estatísticas, isto porque, quase todo índice possui dimensões que

organizam o conjunto dos números. Leituras socioespaciais que podem ser apreendidas (a realidade da pobreza em números); aquilo que ele é (variáveis e números estratificando a pobreza como uma “coisa” estatística no tempo) e por fim, aquilo que ele não pode ser (a perspectiva estatística dissocia o índice do que seja a realidade social e política no interior da pobreza).

Sendo assim, a pesquisa que utiliza dados estatísticos sobre a pobreza não pode cair na categoria do verdadeiro e do falso em uma abordagem do “antes e depois”. Primeiro porque a abordagem não parece eficaz à medida que se desloca de uma compreensão da condição histórica do território e de seus conteúdos sob a interioridade dos tempos – passado, presente e futuro. É incontornável que os índices estejam dissociados do mundo interior da pobreza, por mais robustos que sejam. Os anos 2000 carregam tempos pretéritos da ausência do Estado em relação aos direitos sociais e de ações públicas de combate à fome, a morte, a seca e a pobreza. E, por isso, o ano 2010 representa intervenções sociopolíticas importantes a superação deste vazio existencial do Estado no interior de territórios com pobreza. Esta breve síntese levou-nos a preposições admissíveis a uma política dos números superando a perspectiva estatística do índice. É importante lembrar que o número absoluto, na verdade, é uma constante matemática que ordena fatores da vida social em ordem descrente.

Difícilmente algum índice busca a finitude por uma ordem crescente de seus valores. A questão, portanto, é uma compreensão renovada dos números para além da terminologia “índice” e, por isso, trata-se de uma política dos números a disciplinarização do combate à pobreza. Quais seriam as preposições a esta perspectiva renovada? Esta é uma questão a ser respondida em reflexões teóricas e empíricas futuras. Por isso, propomos as

seguintes abordagens conventuais do que seja a ideia de índice e a proposta conceitual de uma política dos números.

Em primeiro lugar, não se trata apenas de apreender o índice por uma condição matemática onde há uma dimensão, subdivisão da dimensão em indicadores e, para o indicador, um valor numérico decrescente. Por isso, sua natureza primeira se trata de uma definição numérica que ordene sentidos de uma dada realidade ao se transformar em cartogramas no sentido de uma cartografia estática do que seria a realidade da pobreza. Esta visão de como se organiza e a quais fins deseja-se chegar com os números pode distorcer tal realidade. O cartograma 2 demonstra o IVS 2010 com 21 dos 39 municípios em uma faixa alta. Pois bem, o governo pode construir discursos em torno de uma alteração importante da vulnerabilidade e transformar isso em um discurso eleitoral, além dos distintos discursos e estratégias em que a pobreza se torna uma “moda passageira” na operação dos interesses políticos e institucionais. Se observamos o cartograma, não sabemos se os 21 municípios estão próximos do valor muito alto da vulnerabilidade ou distantes quando nos deparamos com o intervalo matemático: 0,401 a 0,500. Precisaríamos estabelecer porcentagens que os próprios índices não apresentam, ainda mais, dever-se-ia saber qual fração do intervalo coloca o município em um quadro de prioridades políticas distante do 0,500. Por isso, os cartogramas podem distorcer a realidade quando os intervalos não são fracionados, ou seja, o que representaria municípios em faixas: 0,401, 0,402, 0,403, 0,404, 0,405, 0,406, 0,407, 0,408 e 0,409? Ora, seria possível dizer que o município na fração 0,401 se encontra na mesma condição de outro na fração 0,409? Se isso for verdade, pode-se pensar em indicadores com atribuições numéricas iguais, colocando em questão a eficácia do índice. E, a indagação: qual realmente é a estrutura e função da pobreza? Onde realmente ela se encontra no

território? Quais suas formas de operação? E, por que o combate à pobreza com minuciosa estatística não demonstra efeitos duradouros?

Em segundo lugar, propomos superar a visão anterior do índice constituído por números que representam ou não a realidade de forma mais clara e aproximada possível. Para isso, entende-se sua condição como concepção de um pensamento matemático que oferece explicações da realidade a qual denominamos de uma “política dos números”; isto é, deixamos a terminologia “índice” para uma interpretação de contradições e dualidades por trás deste modo de fazer políticas, planos e programas. Em terceiro lugar, pensar em uma política dos números significa retirar o índice do seu confinamento técnico: a coleta dos dados, a sistematização em indicadores e variáveis e a síntese em índices com valores absolutos, disponibilizados em diversos formatos virtuais que facilitem a construção online de cartogramas sociais, urbanos, demográficos, ambientais, econômicos etc. A questão parece ser: o que é uma política dos números? Poderíamos considerar perspectivas diferentes, e justamente por isso, outros estudos que possam circunscrever interpretações a esta afirmação. Mas, ao adotar esta expressão, é evidente nexos políticos e conceituais pelos números expressos em índices, retomamos o processo estatístico orientado por um pensamento científico das probabilidades possíveis que proviessem previsões de uma dada realidade da pobreza. Ou seja, uma política dos números está no campo das regras matemáticas, das previsões, da probabilidade, das fórmulas e cálculos aritméticos, cálculos de previsões, a projeção de cenários estatísticos, as amostragens, às médias, aos desvios padrões dos resultados e à variância.

No campo da definição, observa-se pelo IVS absoluto que os 21 municípios representam uma medida sem valor algum

entre a faixa de 0,401 a 0,500 (figura 2), pois não sabemos quantos municípios têm uma população em vulnerabilidade maior e nem com menor população; logo, o IVS usado como uma política mostra apenas um valor inteiro de municípios sem considerar a média e os desvios padrões. Mais ainda, não há resultado estatístico o dado chamado “desvios ao quadrado” onde cada desvio elevado ao quadrado chega a um número por somatória. Sendo assim, a consistência de uma política dos números não está no seu valor absoluto, mas nas fórmulas que mostram valores, médias, variações e desvios, evitando assim distorções da realidade por afirmações genéricas e superficiais (a comparação do antes e depois), como “em 2000, x número de municípios estavam numa alta vulnerabilidade”, ou ainda, “em 2010 x número de municípios se encontravam numa baixa vulnerabilidade” (exemplos genéricos da representação explicativa e interpretativa). Em quarto lugar, uma política dos números não é uma política de Estado nem de governo. Portanto, com a pretensão de ser um mecanismo normativo e de poder. Entretanto, ela pode criar condições para o governante assumir poder e controle sob uma determinada realidade territorial, por exemplo. Seu conjunto de variáveis, porém, formam uma ferramenta com objetivos diversos, distintos e indissociáveis que explicam situações de causa e efeito. Sendo assim, essa ideia de política não tem conotação com a ideia de organização, legislação, soberania e representação, mas pode, sim, ser usada para controlar a realidade por qualquer indivíduo que tenha poder de construir discursos sobre a realidade social da natureza e sociedade.

Em quinto lugar, ao sair de uma política dos números sendo reproduzida por intervalos de tempos, ou seja, de mudanças na formação social, espacial e econômica da sociedade, a política entra em um campo de práticas da ação estatal a um determinado

fim, relacionado à regulação do conhecimento e seu rebatimento na formulação do combate à pobreza. E para isso, a política dos números serve para criar técnicas de controle das consciências e, na perspectiva de Foucault (2000), o controle de corpos motivados à defesa de um governo, de uma política, de um projeto. É a partir dessa leitura que podemos dirigir o entendimento dos números à uma gestão territorial da pobreza como uma categoria de análise da forma como o território e pobreza são utilizados conceitualmente pelos governos na sua consolidação entre as massas populacionais. Mais ainda, para estender suas forças de regulação entre empresas, mercados, territórios, grupos, instituições, a mídia e a própria ordem internacional, o ato de sair do mapa da fome em 2014 foi muito mais uma técnica usada pelo governo para a reprodução de imaginários. O IVS lançado em 2015 não tinha como objetivo alcançar as massas, mas sim criar imaginários para quem pudesse tentar contestar a regulação do combate à pobreza, mas retificar que o governo se preocupa com outros meios para orientar ações públicas para a formulação e avaliação de políticas públicas por uma política de governo forte o suficiente para direcionar onde as ações deveriam atuar.

É isso que os cartogramas e infográficos fazem ao direcionar a ação para este ou aquele espaço geográfico onde “a cor” ou “linha do gráfico” - representações de um índice - parecem indicar proximidade com a alta vulnerabilidade. O risco dos números reside justamente em criar imaginários pela vontade política de governantes e estes imaginários retificados por pesquisas acadêmicas fundada por esta concepção conceitual e metodológica – a política dos números. Nada mais conveniente que a própria academia dizer em termos científicos aquilo que o governo deseja como desejo de poder e controle de territórios com seus habitantes em situação de pobreza.

Em sexto lugar, a gramática de uma política dos números é cheia de léxicos onde um lugar territorial é mais complexo que outro território a medida que uma realidade deve ser desvendada pela gramática do cotidiano e não por uma simples abordagem estatística do antes e depois, ou ainda, delimitações em cartografias onde existe mais ou menos porcentagens da pobreza. Como se a pobreza em sua forma, função e estrutura fosse de fato um número e não uma condição histórica e socioespacial de territórios que herdaram as condições de tempos pretéritos. A gramática dessas tessituras significa: como usar, quando usar e de qual forma pode-se usar a gramática dos conteúdos a formulação, execução e avaliação de intervenções sociopolíticas. Mais ainda, significa a construção dos discursos refletidos socialmente em um imaginário de regulação, controle e poder. Se por um lado, podem orientar a formulação de políticas públicas, evidente à força política ideológica no palco de ações governamentais e acadêmicas, essas duas questões estão nos contratos sociais daqueles que desejam a política para governar e aqueles que elegem para serem governados. Há uma relação indissociável de valores democráticos que os números ajudam a criar, seja para o bem, ou para o mal. Mas não se pode, pelo menos na academia, cair no campo do verdadeiro e do falso, distorcendo realidades diversas para que valores matemáticos e não sociais e políticos sejam a força motriz de discursos de governo e depois de Estado. Claro que a política dos números revela melhoria nas condições básicas de vida e, são significativas para um período tão curto (2003 a 2016) em um país continental sem experiência clara com o planejamento, formulação e implementação de intervenções sociopolíticas. Do contrário, as trilhas parecem cada vez mais perigosas se considerarmos apenas valores absolutos deslocados do cotidiano, ou seja, suas tessituras no espaço, no tempo, nas consciências e nos modos de vida. Isto é,

um simples número pode criar um extenso, amplo e danoso teatro no campo da crítica social deslocado dos conceitos de diferença e diversidade regional. E, afinal, orientar intervenções sociopolíticas em lugares deslocados das ideias acadêmicas que devem construir conhecimento com rebatimentos conceituais e políticos aos desenhos de intervenções sociopolíticas superando a tecnicidade política. Ao mesmo tempo, podem deixar brechas para se pensar a realidade distorcida e a realidade admissível. Em sétimo lugar, o resultado estatístico absoluto permite algumas perspectivas de uma política dos números: o ano 2000 (figura 1) aglomera condições precárias do território por uma sobreposição de tempos onde pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade se formaram no interior do subdesenvolvimento regional brasileiro; enquanto isso, o ano de 2010 (figura 2) desenha trilhas a discursos urbanos, sociais, políticos e econômicos para a formulação e avaliação de políticas públicas relativas a mudanças observadas por uma constelação de políticas públicas implementadas, principalmente entre territórios mais pobres.

Em oitavo lugar, por que as alterações parecem tão definidas nas duas cartografias do IVS (2000 e 2010)? Responder a esta pergunta sem entender que os números se tornam política para governos distantes de interesses populares, podemos dizer: “o território mudou bastante em dez anos”, “a pobreza já não é mais a mesma”, “as pessoas não passam mais fome” e entre muitas outras, “o governo atuou bastante no combate à pobreza”, criando não apenas uma distorção da realidade pela superficialidade da análise, mas desenhando discursos a imaginários fortes recriando relações entre governos e consciências populares. Certamente, as distorções do real sempre serão uma prática de governo, pois ele precisa disso para regular seus pactos federativos e socioespaciais de combate à pobreza,

construindo a ideia de um Estado forte, capaz de lidar com números fora do almejado entre o local e global. Por isso, ao adotar este tipo de política como sendo estratégia de governo, deve ficar claro a quem busca desvendar os dados que o conjunto matemático ao desvendamento de uma realidade pode indicar evoluções e ao mesmo tempo involuções. Mas no geral, involuções parecem menos significativas ao debate político e acadêmico. São elas, porém, que podem revelar desvios probabilísticos dos números e, portanto, do planejamento encabeçado no teatro do governo. Significa muitas coisas, sobretudo a instabilidade dos números quando a realidade é conhecida por outras técnicas de pesquisa científica que ao governo pouco interessa, como o cotidiano da pobreza, ou ainda, aquilo que tenho dito “a política da solidariedade” em lugares isolados da geografia nacional no interior dos estados onde a maioria dos índices conhecidos não conseguem apreender. Por isso, uma família habituada a viver por décadas naquele território com sua cultura, diferença, identidade e diversidade, não se torna indicador à formulação e avaliação de políticas como prescrito quase sempre nos objetivos dessas políticas. Mesmo que uma família consiga viver com 3 salários-mínimos, tenha sua casa ainda sem acabamentos, em uma rua sem asfaltamento onde as crianças brincam, as pessoas se encontram no final da tarde, as relações de vizinhança reforçam-se. A busca por desenhar cartogramas com amostragem de pessoas vulneráveis ou em extrema pobreza, ou ainda, sem urbanização levará a família a fazer parte de uma população para se planejar intervenções sociopolíticas que altere a condição da “pobreza” observada pelos números daquele lugar. Este é outro risco circunscrito na vontade política de um governo que leva ‘o mundo civilizado’ para espaços de pobreza por ele delimitados. Há, portanto, um imenso campo de conflitualidades quando a pobreza é vista por uma totalidade dos conteúdos dentro de

uma realidade do espaço geográfico. Enquanto a pobreza mesmo passa pelos números, na pobreza modos de vida foram criados. A política dos números, por sua vez, tem considerado que ser pobre em uma comunidade ribeirinha na Amazônia é ser pobre no sertão nordestino do Estado do Alagoas. Por isso, o risco de o combate à pobreza ser conduzido dessa forma nos leva a pensar a política do desenvolvimento social e econômico do país compreenda a dimensão do risco do planejamento estatal e de governo utilizando números.

O conjunto matemático pode levar a trilhas de conflitos e contradições, certezas e incertezas, verdades e mentiras, razão e emoção. Ou seja, dele surge a dualidade daquilo que é desejado encontrar para como autonomia do controle por ideia de transparência dos números. Tal conjunto pode ser interpretado pela analogia da “caixa de pandora” com seus horrores e terrorismos, organizada para ser aberta sob coordenadas geográficas importantes no globo. Ora, se aberta no lugar certo os horrores podem sair, serem usados e paralisarem percursos de governos. Mas o contrário também é possível: se aberta sob a coordenada adequada pode-se encontrar desprezo pelo desejo de fazer políticas repulsivas aos interesses nacionais. Por isso, possuem no racionalismo sua forma de operação lógica ao pensamento de uma dada realidade, sendo a academia o único espaço capaz de ordenar o conhecimento por técnicas fora controle e da transparência. Em nono lugar, conceber os números sob perspectivas verdadeiras, tal como se espera dos números, significa que racionalidades definem realidades fora do campo de contingências – do possível e do impossível. Neste caso, cartografias tendem a consensualidades do pensamento governamental e acadêmico, no campo das certezas. Assim, surgem verdades verdadeiras duráveis no tempo das ideias, resultado de um esforço do pensamento e da política no caso da fome e da pobreza. Mas

também surgem verdades não verdadeiras, quando as ideias não são duráveis no tempo, ou melhor, quando a caixa de pandora é aberta sob a perspectiva errada. E as ideias estão sempre em movimento em busca dos elementos conceituais e metodológicos a sustentação de verdades não duráveis, mas mutáveis.

Uma breve síntese

A gênese, portanto, dessa forma política possibilita definirmos algumas interpretações das três abordagens desta análise. Primeiro, a negação de que os territórios da cidadania são apenas escalas de municípios em uma perspectiva do território enquanto espaço físico, político e administrativo. Assim, o combate à pobreza define-se via política dos números manipulando conteúdos no interior do território, ora a pobreza e a exclusão, ora circuitos do território. Em seguida, a segunda interpretação relaciona-se a consolidação e importância da categoria territórios de pobreza nos estudos urbanos enquanto forma de análise subjetiva e objetiva de conteúdos e formas da vida. O índice aponta a uma reflexão central: variáveis podem existir pelo cruzamento de dados familiares, mas não podem mensurar, nem apreender sentidos e significados do ato de sobreviver e existir na hostilidade. O território também se define pelo cruzamento desta sobrevivência que é um verdadeiro espaço de aprendizado contra a pobreza e a exclusão, onde se encontra formas de vida resistindo à perversidade no território. Por fim, interpreta-se que este seja um dos primeiros esforços de análise do IVS enquanto política dos números pela qual se pode estabelecer o campo de possibilidades teóricas e metodológicas, o qual aproxima estudos da pobreza aos estudos urbanos.

Considerações finais

Ao estudarmos o Programa Territórios da Cidadania pelos números, parece claro que o programa não é uma política de Estado e

sim uma estratégia política de governo que assume funções diferentes de acordo com o planejamento, pode construir discursos, imaginários, ilusões da realidade, verdades e inverdades. Por isso, refletir o período histórico desde o governo Lula trata-se de um campo minado onde a academia deve encontrar as saídas de emergências conforme assistimos o retorno da pobreza configurando nexos em circuitos territoriais deslocados da periferia metropolitana (nos anos 2019 e 2020). Inserido no discurso de uma sociedade que saiu do mapa da pobreza para resumir o conjunto de expressões usadas para caracterizar o semblante desses dois governos. Não há dúvida que representação de uma nova pobreza se encontra na expressão “mudança das condições básicas de vida”. Ou seja, ganha forte representatividade em explicações ou nos ensaios sobre os sentidos deste momento na história social das classes sociais e na reformulação dos sentidos de governar e compactuar para o bem ou para o mal.

E como a “mudança” se tornou um mantra de comunicação em massa no Brasil sob o discurso do combate à pobreza, usado múltiplas vezes no jogo político dos partidos e nos debates acadêmicos entre otimistas e pessimistas, interessou-nos a possibilidade de teorizar aquilo que dá sentido semântico a este termo politicamente carregado – carregado da política dos números. De teorizar uma forma de representação e explicação da gramática do combate à pobreza, das mudanças e permanências, criando um campo de interrogações do que é um índice, um número, um indicador, uma variável, uma amostragem, onde a figura do território aparece com força à medida que os dados do IBGE caem na rede mundial de computadores por sistemas de informações sofisticados associado aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Nesse sentido, a política dos números funciona antes e após intervenções

sociopolíticas. A questão é que uma política assim não se consolida no período de quatro anos de governo, pois o ciclo de uma política pública demanda tempo, planejamento, intervenção, avaliação e redefinição estratégica. Como os dois governos estiveram coordenando o mesmo jogo de estratégias sob o mantra de uma sociedade com menos pobreza, os números surgem sob diversas maneiras revelando a mitigação da pobreza do local ao nacional sem considerar o território tal como ele é. O percurso metodológico com base nos dados do território do Vale do Guaribas, aparece em 2010 (figura 2) com evidências do possível, embora, o contraditório vai aparecendo à medida que se fazem observações. Nos limites deste texto, é possível a síntese dos resultados: a) a política dos números existe e é complexa de ser interpretada quanto às suas variáveis; b) a categoria território possui uma forte relação com os índices e; c) por fim, mesmo, sendo o IVS amplo, apresenta uma dualidade entre a evolução e a involução de mudanças, deixando transparecer a manipulação dos números enquanto estratégica. Ou seja, seu comportamento, entre a realidade matemática e probabilística da realidade tal como ela é no território, podem não ser compatível, colocando em questão o método estatístico no campo objetivo de uma ação política e a possibilidade encontrada através de uma abordagem subjetiva pelas ciências sociais. Delinear-se aí horizontes possíveis para uma representação da pobreza através do olhar técnico, mas apreendida pelos conteúdos e formas observadas nos modos de vida – abordagem indutiva e dedutiva. A política dos números entende o território como algo cristalizado no tempo e, isso pode ser observado na forma como o IPEA organiza a vulnerabilidade pelo conjunto matemático, mesmo que os números finais indiquem realidades diferente da encontrada in loco por outras formas de apreensão da pobreza sendo observada e

ouvida pela fala do Outro e sendo entendida pela vivência no espaço do Outro.

Se as instituições e a academia pensarem estrategicamente, poderão adotar a política dos números como formulação determinada ao enfrentamento da pobreza. Mas há uma reticência em se usar o IVS em estudos da pobreza do ponto de vista do espaço geográfico entre territórios distintos. Por exemplo, a análise do Vale do Guaribas comparado aos demais territórios da cidadania do Piauí poderia relevar aspectos ainda desconhecidos ou pouco compreendidos do que seja o território, a pobreza, a saúde pública, o desenvolvimento social e econômico, a inserção da renda em famílias, a relação sujeita a mercados locais e entre outras inúmeras faces ainda incompreendidas. Todavia, no IVS, como uma política dos números, podemos estabelecer que as mudanças do cartograma 2010 representa outra pobreza sob outras formas de operação – forma, função e estrutura. Isto porque, ao planejamento a pobreza passou por uma transformação estatística e, portanto, variável no tempo. Mas in loco é evidente que o tecido social está em processo de mudança para além da extrema pobreza, da pobreza enraizada no interior do território e, sim de uma outra pobreza que os percursos de pesquisa com o Outro devem desvendar. Por ora, este é um limite deste texto, mas por ele pretende-se avançar no método e na compreensão dos processos em torno de uma “nova pobreza”. Por isso, apreender a pobreza deve ir além da estatística e associar em valores qualitativos da realidade social onde o Outro vive, viveu, sobreviveu, morreu e reinventou-se sob a natureza da escassez. Como análise, a comparação dos bolsões de pobreza traria a possibilidade de entendermos situações alheias via incursões no interior da pobreza.

Referências

- ENTREVISTA MARILENA CHAUI. Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 03/05/1999.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL DE 2010. Disponível: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: setembro de 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2015). Disponível: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso: setembro de 2018.
- ISTO É, 2018. A volta da fome. Disponível: <https://istoe.com.br/a-volta-da-fome/>. Acesso: outubro de 2019.
- MOURA, Alexandrina, Sobreira de.; SILVA, Luiz, Henrique, Lopes da; PINTO, Carlos, Vinícius, da Silva. NOTA EDITORIAL. **Revista Ciência e Trópico**, v.43. n.1, 2019.
- MATOS, Olgaria, Chain, Feres. Eu que aprenda a levantar (2009). Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=g3GIJzKKtGE&t=629s>. Acesso: agosto de 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 2015. Disponível: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso: agosto de 2019.
- PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Disponível: www.pac.gov.br/. Acesso: setembro de 2018.
- ROUSSEAU, Jean, Jacques. O contrato social. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- REGO, Walquíria. G. Domingues. Leão.; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 248p.
- ROMÃO, M. E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. Revista Brasileira de Economia, v. 36, n. 4, 1982.
- STEINBERGER, Marília. Território, Estado e políticas públicas espaciais. 1ª. ed. Brasília: Ler Editora, 2013. v. 1. 328p.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).
- STEINBERGER, Marília. Território, Estado e políticas públicas espaciais. 1ª. ed. Brasília: Ler

Editora, 2013. v. 1. 328p. Resenha de: Ricardo Farret. 2013;15(2):1-2.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS – SIT (2018). Disponível: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>. Acesso: setembro de 2018.

UOL NOTÍCIAS, 2018. Crise faz crescer risco de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, diz ONU. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultim>

as-noticias/2018/10/17/jose-graziano-fao-onu-mapa-da-fome-brasil-obesidade.htm?cmpid=copiaecola. Acesso: outubro de 2019.

Recebido em 2019-12-02
Publicado em 2020-01-01